

MORADORES DE RUA - UM ENFOQUE HISTÓRICO E SOCIOASSISTENCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: A REALIDADE DO CENTRO POP DE RIO DO SUL/SC

Alexandre da Rocha Klaumann¹

RESUMO

Este artigo tem por objetivo fazer uma descrição histórica e socioassistencial da população de rua no Brasil. Como também de Apresentar o funcionamento do Centro POP de Rio do Sul/SC. Propomos com o contexto histórico da população em situação de Rua no Brasil, mostrar o processo histórico da organização da população de 1988 à 2014. E abordar as características socioeconômica desta população; explicando o funcionamento do Centro POP no âmbito nacional. E sugerir possíveis ações estratégicas que possam ir ao encontro da população em situação de rua. A metodologia utilizada para realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa eletrônica.

Palavras – chave: Análise histórica e sociassistencial, População em situação de rua, Centro POP.

ABSTRACT

This present article aims to make a historical and socioassistencial analysis of the homeless population in Brazil. Introducing the functionality of POP Center of Rio do Sul /SC. Aiming with the historical context of the population in street situation in Brazil; showing the historical process of the population in 1988 a 2014 homeless; addressing the socio-economic characteristics of this population; explaining the functionality of POP Center at the national level and specifying in the city of Rio do Sul / SC and finally suggesting possible strategic actions that can reach out to the population in the streets. The methodology used to carry out this work we used the literature, documentary and electronic research.

Key - words: historical and sociassistencial Analysis, Population on the streets, POP Center.

¹ Bacharel em Teologia, licenciando em História, Pós graduando em Educação diversidade e redes de proteção Social

INTRODUÇÃO

Este trabalho é decorrência da realização da Pós Graduação na UNIDAVI no polo de Ituporanga/SC² em Educação, diversidade e redes de proteção social. Instigado através da disciplina de Política Pública de Assistência Social: proteção social e intersetorialidade³; na qual conhecemos a realidade presente da população em situação de Rua no Brasil e especificamente de Rio do sul/SC. Realidade esta, de negação de direitos pelo mesmo a essa população e a discriminação enfrentada no cotidiano destas pessoas em situação de rua na luta pela sobrevivência.

Portanto propomos a seguinte temática: Uma descrição histórica e socioassistencial da população em situação de Rua no Brasil: A realidade do Centro POP de Rio do Sul/SC. Com o objetivo de entender de forma mais apropriada à realidade presente da população em situação de rua no Brasil como também em Rio do Sul/SC. Mas ressaltando que é uma análise sucinta, pois que não explora num todo. Sendo que este assunto é de uma enorme abrangência.

O artigo é de cunho bibliográfico, documental e de pesquisa eletrônica. Para melhor visualização dividiu-se a apresentação. Iniciado pela população em situação de rua no Brasil, onde se mostrará o contexto histórico. Como também detalhará o processo histórico de organização de 1988 a 2014 que se deu em relação à população em situação de rua em nosso país. Em seguida apresenta as características socioeconômicas da população em situação de rua no Brasil, baseando-se em Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua-2008.⁴

² Curso de especialização Direcionado FUMDES/2013 em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social na UNIDAVI - Campus de Ituporanga referente o programa de bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior - FUMDES, para cursos a alunos de acordo com a Lei complementar nº 381 de 07 de maio de 2007 e atendendo às disposições da Lei Complementar nº 407, 25 de janeiro de 2008 e o Art. 4º do Decreto Nº 2672, de 05 de outubro de 2009.

³ Ministrada pela Professora Dalila Maria Pedrini.

⁴ O Instituto Meta, selecionado por meio de licitação pública, foi o responsável pela execução da pesquisa. Esse trabalho é fruto de um acordo de cooperação assinado entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O público-alvo da pesquisa foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. O levantamento abrangeu um conjunto de 71 cidades brasileiras². Desse total, fizeram parte 48 municípios com mais de 300 mil habitantes³ e 23 capitais, independentemente de seu porte populacional. Entre as capitais brasileiras não foram pesquisadas São Paulo, Belo Horizonte e Recife, que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes, e nem Porto Alegre que solicitou sua exclusão da amostra por estar conduzindo uma pesquisa de iniciativa municipal simultaneamente ao estudo contratado pelo MDS.(Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua-2008).

Segue-se abordando as possíveis ações estratégicas, embasada na Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua⁵. Com o propósito de inserir novamente esta pessoa em situação de rua no ceio da sua família, como também reinseri-la na sociedade e por sua vez, assegura-lhes a garantia de direitos de um cidadão brasileiro.

E por fim mostra o funcionamento do CENTRO POP segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009⁶. Seguido pela especificidade do Centro POP de Rio do Sul/ SC, a qual apresentara suas ações no cotidiano⁷.

1. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO

Não há documentos historiográficos⁸ que relatem fatos ou dados marcantes sobre a história dos moradores de rua no Brasil nos primórdios da sociedade brasileira. Mas podemos realizar alguns apontamentos históricos no âmbito mundial, que foi preponderante para o surgimento deste fenômeno que é a população em situação de rua em meio à sociedade brasileira.

Iniciaremos abordando a mesma contextualização histórica feita por Silva (2009) o qual nos leva a observar o processo histórico onde a revolução industrial encerrou a transição entre o feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva⁹ de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. Em meio esta transição o camponês de forma súbita e repentina perde sua propriedade e passa a vender sua força de trabalho nas indústrias na cidade. Porém nem todos conseguem se adaptar a esta mudança brusca, ficando

⁵ Este Documento apresenta a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua como forma de orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos. (Brasil .2008)

⁶ Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que é responsável pela organização e descrição das unidades, serviços ofertados e público alvo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Na Tipificação, encontramos alguns serviços específicos para a população em situação de rua: dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade são ofertados o Serviço Especializado em Abordagem Social oferecidos nos CREAS ou Centros POP; o Serviço Especializado para a População em Situação de Rua – oferecido nos Centros POP; e na Proteção Social Especial de Alto Complexidade são oferecidos os Serviços de Acolhimento Institucional.

⁷ Projeto Técnico Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-CREAS POP.

⁸ Historiografia é o registro escrito da história. Podemos dizer que é a arte de escrever e registrar os eventos do passado.

⁹ Acumulação primitiva do capital, também conhecida como acumulação originária, foi o processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII, que possibilitou as grandes transformações econômicas da Revolução Industrial. (www.klickeducacao.com.br/bcoresp/.../0,6674,POR-971-6696,00.html acessado em 14/07/2015)

descartado da produção capitalista e por conseguinte passa a sobreviver nas ruas. Descartados estes que acabam se tornando parte do “exército industrial de reserva” nas palavras de Marx qual fica à mercê de toda injustiça, em meio a falta de posto de trabalho.

Também cabe ressaltar a influência no mundo ocidental dos fundamentos do liberalismo¹⁰ do século XVIII que depois no século XIX e início do século XX foi denominado de neoliberalismo¹¹.

Segundo Raquel (2012, p.16)

Governos neoliberais eram contra políticas pública porque argumentavam que a população se tornaria muito dependente do estado por causa das políticas públicas e sendo assim também ia sobrecarregar o Estado e iria também desestimular este cidadão de recorrer ao mercado para seu alto sustento.

Não se esquecendo que em uma sociedade capitalista a responsabilidade do progresso e prosperidade, é individual e não coletiva ou do Estado. Parafraseando Raquel (2012), “situação de rua” é fruto da extrema pobreza e não uma opção do indivíduo, portanto, responsabilidade do poder público.

1.2 PROCESSO HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DE 1988 A 2014

Apresentaremos o processo histórico sobre a população de rua no Brasil a partir da do final da década de 80, onde o país inicia lentamente pela transição de assistencialista para políticas de Assistência Social. Onde na redemocratização do Brasil é feita a nova Constituição Federal no ano de 1988. A Constituição se torna uma força impulsionadora para as políticas públicas sociais, como também a política pública direcionada para a população em situação de rua. Ainda mais diante dos artigos 5 e 6¹² da Constituição Federal como salienta

¹⁰ Liberalismo é o nome dado à doutrina que prega a defesa da liberdade política e econômica.

¹¹ Doutrina, desenvolvida a partir da década de 1970, que defende a absoluta liberdade de mercado e uma restrição à intervenção estatal sobre a economia, só devendo esta ocorrer em setores imprescindíveis e ainda assim num grau mínimo.

¹² **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... **Art. 6º** São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

SDH, 2013¹³ baseado em Silva (2009) que determina que todos são iguais perante a lei e os direitos sociais.

Portanto nos anos 90 começam algumas manifestações mais notórias no âmbito nacional a respeito da população em situação de rua, iniciada pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993¹⁴, depois em 1995 o grito dos excluídos¹⁵, os seminários nacionais e também a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Já no início do século XXI no ano de 2001 ocorreu a Primeira Marcha do Povo da Rua. Em 2004 segundo (Brasil, SDH, 2013) foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004), que atribui à Proteção Social Especial ao atendimento da população em situação de rua. Ainda no ano de 2004 o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Nacional) fez um Convênio de Cooperação Técnico-Científica e Financeira com a Organização Não Governamental do Auxílio-Fraterno – OAF/SP, com objetivo para fortalecer através de capacitação para o fortalecimento do Movimento Nacional da População de Rua (SDH, 2013). No ano de 2005 conforme SDH, 2013 cita (COSTA,2007; FERRO, 2012) é criado Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) apoiado pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. A criação deste movimento e de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua é resultado de protesto e cobranças feita após o acontecimento trágico em 2004 no centro de São Paulo onde 15 moradores de rua sofreram violência e sete morreram. Também em consequência desta tragédia ainda no ano de 2005, vemos a realização do I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, sendo que este encontro propicia o início da formulação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além de subsídios para o texto da Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que altera a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social)¹⁶ e inclui atendimento especializado para a população em situação de rua.

¹³ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Brasília - DF / 2013.

¹⁴ O *Fórum Nacional* de Estudos sobre População de Rua iniciou no de 1993 a partir de parcerias entre entidade governamentais e não governamentais, com objetivo de elaborar políticas públicas aos moradores em situação de rua em Belo Horizonte/MG.

¹⁵ O grito dos excluídos surgiu da iniciativa das Pastorais Sociais em 1994, em vista da Campanha da Fraternidade, que apresentava o tema: “A fraternidade e os excluídos”. O Grito surgiu da intenção de denunciar a exclusão, valorizar os sujeitos sociais. Este Grito aconteceu em mais de 170 cidades e teve como símbolo uma panela vazia.

¹⁶ **LEI 11.258/2005 (LEI ORDINÁRIA) 30/12/2005** altera a lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua.

Entre fim do ano de 2005 a 2008 o MDS assinou Portarias¹⁷ importantes, todas elas para contribuir com a política pública referente à população em situação de rua. As quais antecederam a criação do documento em 2008, da Política Nacional Para Inclusão Social Da População Em Situação De Rua. Como também entre 2007 e 2008, realizou a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua.

No ano de 2009 foi realizado II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua¹⁸, que segundo SDH, 2013 baseado em (FERRO, 2012), foi proporcionado pelo resultado da pesquisa e debate da sociedade civil no percurso de cinco anos. Encontro este que resultou o Decreto nº 7.053 de 23 /12/ 2009¹⁹. Ainda no ano de 2009 teve aprovação da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Que proporcionou serviços específicos para a população em situação de rua.

Em 2010 o MDS faz parceria com a UNESCO com o objetivo de formação, organização e articulação da população em situação de rua, além de contribuir para a consolidação do MNPR (Movimento Nacional da População de Rua). Também no ano de 2010 a 2012 foram criadas outras portarias importantes para a população em situação de rua²⁰. E por fim, ainda no ano de 2010 foi criado um formulário para cadastrar os moradores em situação de rua e uma cartilha na qual trata sobre a Inclusão das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

No ano de 2011 temos que ressaltar que o MDS formula a Série “SUAS e População em Situação de Rua”²¹.

¹⁷ Antes nº 566, de 14 de novembro de 2005. (E no ano seguinte ocorreram mais três portarias através do MDS (Ministério Desenvolvimento Nacional) quais são: a Portaria nº 136, de 24 de abril de 2006, Portaria nº 138, de 25 de abril de 2006, e a Portaria nº 381, de 12 de dezembro de 2006.).

¹⁸ O II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, momento em que foi consolidada uma proposta intersetorial para a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), instituída finalmente pelo Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

¹⁹ Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

²⁰ - No mesmo ano, o MDS lançou a Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010, cujo Capítulo III estabelece o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade – PFMC, dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, em que são contemplados municípios com população superior a 250.000 habitantes. Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que estabelece a Política Nacional de Atenção Básica e que prevê Equipes de Consultório na Rua – e CR; e a Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define as diretrizes e organização dos Consultórios na Rua. Portaria nº 139, de 28 de junho de 2012.

²¹ Três volumes: Volume I - Inclusão das pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, Volume II – Perguntas e Respostas – Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua; e Volume III - Caderno de Orientações Técnicas do Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua e do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Em 2012 a MDS faz investimento em unidade de atendimento a esta população em mais de 70 municípios. E o manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua²². Na mesma proposta em 2013 se obteve através da CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) a Resolução nº 09, de 18 do 04/ 2013, para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua (SDH, 2013).

Mesmo, com todo este transcorrer do processo da população em situação de rua no Brasil, que obtiveram avanços significativos e importantes, em 2014 encontramos informações lamentáveis através do relatório²³ produzido pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH). Informação esta que mostra a violação de direitos da população em situação de rua nos meses que antecede a copa do mundo no Brasil.

2. CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome define em termo geral a população em situação de rua da seguinte maneira:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (POLITICA NACIONAL PARA A INCLUSÃO SOCIAL DA SITUAÇÃO DE RUA, 2008, p.8)

Temos hoje conhecimento e acesso as informações sobre a característica da população em situação de rua no Brasil de forma mais específica graças ao I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, organizado e fomentado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em setembro de 2005, com o a fim de discutir meios para formular políticas pública voltada a esta população.

²² Resolução CIT nº 3, de 1º de março de 2012

²³ Para obter o relatório completo acesse <http://apublica.org/wp-content/uploads/2014/06/Viola%C3%A7%C3%B5es-Copa-do-Mundo-12-06-14-1.pdf>

Portanto, diante deste objetivo no período de agosto de 2007 a março de 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Esta pesquisa identificou 31.922 pessoas em situação de rua dentre os 71 municípios abrangidos pela amostra da pesquisa. O lugar onde foram encontradas estas pessoas foi em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas).

Segundo o Sumário Executivo Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua publicada em 2008 a pesquisa nos fornece o perfil dos entrevistados²⁴ sendo que, a maioria da população em situação de rua é masculina sendo 82% dos entrevistados. Pessoas entre 25 e 44 anos corresponde a 53%. Em relação à cor²⁵ 39,1% da população de rua se identifica como pardo. No que tange a parte econômica indeficou-se que a renda semanal de 52,6% é entre R\$ 20,00e R\$80,00. Sendo que na sua maioria 70,9% possui atividade remunerada. As atividades em destaque são catador de materiais recicláveis, Flanelinha, construção civil, limpeza e carregador. E outro dado importante que também ajuda a mostrar que nem todos desta população são “mendigos” e vivem de esmola, é que somente 15,7% da população em situação de rua pedem dinheiro para sobreviver. No que tange a escolaridade 17,1% não sabe escrever, sendo que só 3,8 % dos entrevistados estava estudando. Na educação básica são 2,1% e na profissionalizante 1,7%.

Esta pesquisa identificou os principais motivos que levam uma pessoa a morar na rua:²⁶ em 1º lugar com 35,5% por causa do alcoolismo e drogas, em 2º lugar com 29,8% em consequência ao desemprego, e em 3º lugar com 29,1% pelo motivo de conflitos familiares. Mas tratando-se do vinculo familiar constatou que, que 38,9% não mantém contato nenhum com seus familiares, 34,3% tem um contato mais regular, e 14,5% tem um contado esporádico. Outra característica é que os moradores em situação de rua na sua maioria são oriundos do mesmo lugar ou próximo de onde estão vivendo e morando na rua. Pois 45,8% nunca moraram na rua em outra cidade e 56% são do mesmo estado onde estão vivendo atualmente. E por fim observa-se que, os que já moraram em mais de seis cidades denominados de “trecheiros” são 11,9%. Mas com a mesma característica, foram para cidades do mesmo estado de origem.

²⁴ Essa proporção foram entrevistadas pessoas com 18 anos completos ou mais

²⁵ Observada no conjunto da população brasileira (38,4%). Declararam-se brancos 29,5% (53,7% na população em geral) e pretos 27,9%, (apenas 6,2% na população em geral). Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua.

²⁶ Dos entrevistados no censo,71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro).

Observamos também que segundo o Histórico de internação em instituição fornecido através da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (Dados da Amostra), Meta/MDS, 2008. Desta população entrevistada 60% já fez uso de uma instituição; 28,1% de um abrigo institucional; 27% de um hospital psiquiátrico 17% da FEBEM²⁷; 16,7% de um Centro de recuperação de dependente químico 15% de uma casa de detenção e por último 12,2% em um orfanato/internato. Segundo a pesquisa a população em situação de rua, 69,6 % dorme literalmente na rua; 22,1% em albergue e 8,3 % oscilam entre a rua e albergue.

Vamos observar agora no que se refere à alimentação, saúde e outros serviços e cidadania: 19% dos entrevistados não conseguem se alimentar todo o dia sequer uma refeição ao dia. Também 29,7% dos entrevistados declaram que tem algum problema de saúde. Sendo as principais doenças a hipertensão, HIV e problema de visão e até cegueira. Só 18,7% estão sendo medicados, após recorrer a um hospital ou um posto de saúde onde a maioria tem acesso aos medicamentos. Tratando ainda de saúde, a população em situação de rua usa para fazer sua higiene pessoal, tomar banho e as necessidades fisiológicas a rua, abrigo e em alguns casos casa de parentes e amigos como também, banheiros públicos e estabelecimento comercial.

No que se refere a serviços e cidadania podemos destacar que 24,8% dos entrevistados são despossuídos de qualquer tipo de documentos de identificação. Por consequência deste fator a 88% ou seja a maioria não é contemplado por nenhum tipo de benefício oferecidos pelos programas governamentais. Outra estatística marcante em relação à cidadania é que 95,5% não participam de movimentos sociais. Faz notório também que, 61,6 % por não ter o título de eleitor não pode votar, ou seja, não tem um dos direito de cidadania mais elementares em uma sociedade democrática.

Por fim, constatamos segundo a Pesquisa citada acima, que além de sofrer todos os dilemas que relatamos ainda esta pessoa desprovida de direitos sofre com a discriminação pela qual e impedida de entrar alguns lugares. Vejamos os dados da pesquisa: 31,8% são impedidas de entrar em estabelecimento comercial, 31,3% não poderão entrar em Shopping Center; outros 29,8 % não poderão entrar em transporte coletivo; e 26,7% foram impedidos de entrar em bancos e 21,7 % de entrar em órgãos públicos sendo que também 18,4% foram impossibilitados de receber atendimento na rede de saúde. E por fim, desta estatística de discriminação, 13,9% não poderão entrar nos lugares onde se emitem documentos.

²⁷ FEBEM hoje atualmente fundação Casa

3 AÇÕES ESTRATÉGICAS AO ENCONTRO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Baseado na Política Nacional para inclusão Social da População em Situação de Rua, a qual tem por finalidade de:

Estabelecer diretrizes e rumos que possibilitem a (re) integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua. Para tanto, vale-se do protagonismo de movimentos sociais formados por pessoas em situação de rua, entre outras ações que contribuam para a efetivação deste processo (BRASIL, 2008, p.4).

Também propõem um desafio a toda a sociedade brasileira como os gestores públicos e a sociedade civil para realizar ações estratégicas através de projeto e planos executado pelos órgãos e Ministérios. Com a proposta de tirar das leis com seus artigos e portarias e ementas e outros do gênero teórico, para a prática, que é tão necessária e urgente para atender as demandas da população em situação de rua.

Com base na Política Nacional para inclusão Social da População em Situação de Rua (Brasil, 2008), vejamos algumas ações estratégicas a seguir:

Direito Humanos: Fazer que os policiais sejam mais bem preparados para atender de forma mais humanizada a população em situação de rua; Fortificar a central de atendimento para denuncia de violação de direito visando os direitos da população em situação de rua; diminuir a impunidade em relação aos crimes que vitimiza a População de rua e facilitar a esta população a assistência jurídica.

Trabalho e Emprego: Dar prioridade para a população em situação rua para inserção no mercado de trabalho, através de parceria com iniciativas privadas e públicas e cursos profissionalizantes. Também a garantia dos direitos trabalhista.

Desenvolvimento Urbano e Habitação: Facilitar financiamento do governo federal para construção de moradia a população em situação de rua; promoção de benefício para o pagamento de aluguel; fazer que por meio do governo possa reformar, construções públicas como também a utilização de espaços vazios nos centros das cidades para moradia. Como garantir que esta residência adquirida pela pessoa em situação de rua, seja digna para sua sobrevivência, entre outras medidas relacionadas à habitação

Assistência Social: Melhorar a prestação de Serviços à população em situação de rua, como no caso dos albergues; Propiciar a inclusão no que se refere ao Cadastro Único do governo federal, e as crianças e adolescente no programa de erradicação do trabalho infantil; e no Benefício de Prestação Continuada como também no programa Bolsa Família. Aumentar o número de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centros POP) no país.

Educação: Trabalhar temas no meio educacional como igualdade social, gênero, raça e etnia. Também incluir no currículo a temática sobre as causa e consequência que leva uma pessoa a viver em situação de rua. Tudo com objetivo de extinguir a discriminação, principalmente em relação à população em situação de rua; Criar acesso mais flexível e inclusivo à educação. Assim como a possibilidade de estudar em lugares abertos, para evitar o transtorno de ir até uma escola; possibilidade de se matricular em todas as fases educacionais em qualquer período do ano letivo; propor incentivos para os que frequentam regularmente as aulas, através de fornecimento de matéria escolar e uniforme, transporte e alimentação e propiciá-los a inclusão digital.

Segurança Alimentar e Nutricional e a Saúde: Proporcionar à população situação de rua uma alimentação nutritiva através de restaurantes populares.

No que tange a saúde é assegurar a população em situação de rua o acesso ao SUS (Sistema único de Saúde) nas suas três esferas²⁸. Fazendo adaptações dos serviços já existentes para atendê-las; fortalecer o atendimento e à prevenção a doenças recorrete entre a população em situação de rua como AIDS, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, problemas dermatológicos, entre outras. Como também facilitar o acesso aos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS I, II, III e AD); capacitar todos os funcionários da saúde para melhor atende-los; escolher agentes comunitários de saúde que sejam ex- morador em situação de rua e também pessoas em situação de rua; tornar mais acessíveis e conhecidos os serviços de saúde para a população em situação de rua.

Cultura: Promover acessibilidade à população em situação de rua a toda manifestação cultural, assim como também propiciar a participarem e aprender práticas artísticas; apoiar estas iniciativas com cunho cultural viabilizando a possibilidade de renda a eles e também a oportunidade de construir a cidadania desta pessoa em situação de rua; apoiar ações com que venha oportunizar a população em situação de rua, a dialogar e conscientizar a comunidade para tê-la outro olhar para esta população; divulgação de trabalhos culturais

²⁸ Veja o detalhe das Três esferas do SUS e o CAPS I, II, III e AD na PORTARIA Nº 399, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2006.

produzido pela a população em situação de rua; e a criação de programas que possam oferecer lazer e esporte a eles e outras atitudes correlacionada a cultura para a população em situação de rua.

4. CENTRO POP E SEU FUNCIONAMENTO

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) é fruto do decreto presidencial nº 7.053/2009. Segundo a MDS (Ministério do desenvolvimento Social) é uma unidade pública de referência da proteção Social especial de média complexidade, constituída segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Portanto, o Centro POP é voltado exclusivamente para à população em situação de rua podendo ser jovens, adultos, idosos e famílias. Tendo a obrigação de oferecer o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e também a unidade poderá proporcionar o Serviço Especializado em Abordagem Social, o qual mostraremos mais adiante.

Vejamos o trabalho social principal ofertado pelo Serviço Especializado para a População em situação de rua:

Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contrarreferência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; elaboração de relatórios e/ou prontuários. (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SOCIOASSITENCIAIS, 200, p.29)

Tendo por objetivo através do trabalho ofertado neste serviço de assegurar atividades que possa desenvolver sociabilidade, possibilitando o resgate e de fortalecer e construir vínculos com os familiares. Para que gradativamente esta pessoa venha sair da situação de rua.

Além do serviço citado acima o Centro POP oferta também o Serviço Especializado em Abordagem Social é uma das formas²⁹ em que a população em situação de rua tem acesso

²⁹ Encaminhamentos do Serviço Especializado em Abordagem Social, de outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; - Demanda espontânea.

ao Centro POP. Também é um trabalho social que tem por objetivo constatar o trabalho infantil, exploração sexual de criança e adolescente, pessoas em situação de rua e outras violações de direito. Trabalho este realizado por uma equipe técnica ou de Educadores Sociais do Centro POP, realizando rondas diárias ou também quando solicitado por pessoas da comunidade ou de outros serviços. E por fim fazem o mapeamento dos territórios e locais de vulnerabilidade pessoal e social, como também o encaminhamento ao Serviço oferecido no Centro POP.

4.1 CENTRO POP DE RIO DO SUL/ SC E SUAS ESPECIFICIDADES

O Centro POP de Rio Do Sul foi fundado em 30 de junho do ano de 2011, na gestão do Prefeito Milton Hobus e a secretária de Assistência Social e Habitação Jane Maria Ghizzo Schmidt.

Segundo o projeto técnico (Rio do Sul, 2011) o Centro POP de Rio do Sul se propõem a operar assim como prevê a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009).

O Centro POP de Rio do Sul/ SC, tem alguns objetivos específicos além dos estipulados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) que são de proporcionar a população em situação de rua e seus familiares um ambiente propício para oferecer os serviços que lhe compete. Isto com o apoio da rede de atendimento do município, como Secretaria de Saúde/CAPS, Delegacia de Polícia, Mercado de trabalho, Cartório, hospital Regional e da Organização Não Governamental Mulher em Movimento³⁰, entre outros.

Ainda tratando dos objetivos específicos do Centro POP de Rio do Sul/ SC, vemos a realização de palestras temáticas, e atividades e oficinas sócio-terapêuticas e comunitárias; A busca de parceria com entidades sociais, para que os usuários possam ter novas atividades e também realizar ações para promover o trabalho que é realizado pelo Centro POP, à comunidade com a fim de sensibilizar e conscientizar a respeito dos direitos da população em situação de rua e sobre a inclusão social. (CREAS POP, 2011)

³⁰ Organização Não Governamental (ONG) chamada Mulheres em Movimento, que presta serviços de conscientização sobre direitos e informações sobre capacitação profissional para as mulheres da região de Rio do Sul

4.2 ESPAÇO E ROTINA DO CENTRO POP DE RIO DO SUL/SC

O atendimento do Centro Especializado conta com uma Infraestrutura composta por uma recepção, refeitório, cozinha, banheiro com chuveiro e uma área externa para realização de atividades socioeducativas como a construção de hortas comunitárias e jardim.

Presta o seu serviço assim como o Serviço Especializado em Abordagem Social, com uma equipe composta por diretor, auxiliar administrativo, assistente social, psicólogo, educador social, monitor social, auxiliar de serviços gerais e um motorista todos com a carga horária de 40hr Semanais. O período de atendimento é de segunda a sexta entre às 07hs às 15hs30min.

O atendimento inicial ao usuário é feito pelo educador e monitor social, que faz o acolhimento e também preenche um cadastro e um termo de compromisso com finalidade que este usuário possa fazer uso de forma correta dos serviços prestado pelo Centro. Em seguida o usuário pode utilizar o espaço para sua higiene pessoal, descanso, guarda de pertence e alimentação, caso precise. Sendo que os usuários contribuem na limpeza e organização do espaço utilizado do Centro, com o a fim de educar e resgatar a autonomia do individuo (CREAS POP, 2011).

No caso de suspeita de armas ou agressividade e desrespeito no atendimento é solicitada a guarda municipal para realizar a revista e o acompanhamento no processo do atendimento. E no caso de surto psicótico é acionado o CAPS/ Secretaria municipal de Saúde.

Portanto, logo depois desta primeira parte do processo do atendimento aos usuários conforme (CREAS POP, 2011) o educador e o monitor social através de um transporte disponibilizado pelo Serviço levam-no para a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, onde receberá o atendimento especializado através de um assistente social e psicólogo onde farão o seu cadastro, lhe prestarão atendimento psicossocial e por fim a construção junto do usuário do Plano Individual de Atendimento – PIA³¹.

³¹ O PIA - Plano Individual de Atendimento está inserido na Lei do SINASE (Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012), em seu capítulo IV.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendeu-se neste trabalho, focar a realidade da população em situação de rua no Brasil. Mas para satisfazer este objetivo optou-se em descrever fatores históricos preponderantes, que culminou na realidade presente, em meio a nossa sociedade de pessoas viverem em situação de rua. Fatores estes como, a transição do feudalismo para o capitalismo, assim como o modelo neoliberal do contexto vigente no mundo ocidental e por sua vez no Brasil.

Ainda dentro do mesmo enfoque, mostramos o processo de organização da população em situação de Rua no Brasil de 1988 a 2014, no qual observamos, que através dos avanços das políticas públicas e a caracterização socioeconômica da população em situação de rua, proporcionou mais notoriedade a realidade, necessidade e direitos que estas pessoas que vivem em situação de rua têm.

Optamos ainda para objetivar nossa proposta, fazendo menção da funcionalidade do Centro POP, segundo a tipificação (2009) como especificamente o Centro POP de Rio do Sul /SC. E por fim a descrição sucinta das ações estratégicas, proposta pela Política Nacional para inclusão Social da População em Situação de Rua (2008).

Portanto, esta descrição histórica e socioassistencial da população em situação de rua, aqui apresentada de forma sintética, mas de cunho informativo, propicia desmistificar e desestereotipar esta população na sociedade brasileira. Como também discutir e dialogar com a sociedade em geral, caminho possível a serem trilhados para o melhoramento das políticas públicas voltada a este público estudado. Não tivemos a pretensão de concluir este assunto e sim servir de base para elaboração de outros trabalhos com este gênero e com a fim de explorar, aprofundando mais esta temática, que é de suma importância, lembrando que se trata de vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Governo Federal. **Política nacional para inclusão social da população em situação de rua.** Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. **Sumário Executivo:** Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua. Brasília, 2008.

BRASIL. Governo Federal. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Diário Oficial da União. Brasília, 2009

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa:** experiências do Distrito Federal, Paris e Londres. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH, 2013.

COSTA, Daniel De Lucca Reis. **A rua em movimento.** Experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

FERRO, Maria Carolina Tiraboschi. **“Política Nacional para a População em Situação de Rua: o protagonismo dos invisibilizados.”** In: Revista Direitos Humanos, Nº 08. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República. Janeiro 2012.

RAQUEL, Sara Alves. **Desafios para o atendimento à população em situação de rua em Florianópolis:** um estudo do núcleo de apoio à família-rodoviário. Florianópolis, 2012.

RIO DO SUL. Prefeitura Municipal. **Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua:** CREAS POP. Rio do Sul, 2010.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** São Paulo. Cortez, 2009